

Diário de bordo

Mexida no tabuleiro



Roberto Rodrigues*

AINDICAÇÃO do novo secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Tom Vilsack, representa uma nova e importante peça no tabuleiro mundial da agroenergia.

Ele vem fazendo um discurso muito favorável à redução/eliminação da tarifa sobre o etanol brasileiro, evidentemente por causa da incapacidade que os norte-americanos terão de produzir etanol de milho (ou de celulose) suficiente para atender à demanda determinada por lei, de 136,3 bilhões de litros até 2022.

O secretário foi governador de um estado – Iowa – muito importante para a produção de milho e de etanol, e aí trabalhou com eficácia para promover a competitividade dos seus agricultores. Claro que, para isso, os subsídios elevados têm sido fundamentais, bem como a tarifa.

Por isso, não é provável que o novo secretário trabalhe desde já pela queda da tarifa. Aliás, seria um fato curioso, na medida em que o discurso de campanha do chefe dele – o presidente Obama – foi pela sua manutenção.

Outro fato, a queda dos preços do petróleo, também não estimula a competitividade do etanol americano. Ao contrário, derruba-a. Por isso, enquanto os preços do petróleo não se estabilizarem, livres da gigantesca especulação que os levou a 140 dólares o barril, dificilmente o governo americano reduzirá o prote-

cionismo dado a seus produtores. E, para fazê-lo, terá que passar por um Congresso de maioria democrata e protecionista.

Sendo assim, é de se supor que o governo recém-instalado nos Estados Unidos não mude muito as regras vigentes. Mas, de qualquer forma, o secretário Tom Vilsack é muito bem-vindo, porque é um defensor da criação de um mercado forte para os biocombustíveis, o que nos interessa muito. E, como Obama quer aumentar bastante a produção de energia renovável no país, o espaço para isso está dado.

Mas não é só nos Estados Unidos e na Opep que existem novidades importantes para o etanol: a diretiva aprovada pela União Européia para os biocombustíveis acabou saindo melhor do que se imaginava. Embora com restrições, está decidido que a União Européia usará 20% de energia renovável na matriz energética até 2020, sendo metade para o setor de transportes, ou seja, deverá substituir 10% dos combustíveis fósseis utilizados pelos veículos (estimativas da Unica apontam para um mercado potencial de 10 a 14 bilhões de litros em 2020).

Isso reabre a expectativa de o Brasil montar com a União Européia um acordo para produzir etanol na África, similar ao que já temos com os Estados Unidos em relação ao Caribe e à América Central.

E nos dá uma grande oportunidade de vender tudo o que acumulamos nos 35 anos de Proálcool: conhecimento, tecnologia agrícola e industrial, equipamentos industriais, projetos de logística, legislação adequada (para mistura, para propriedade intelectual e para uso da terra), consultorias em todas as áreas e carros *flex*.

E tudo isso contribuirá para construir o mercado que todos desejamos. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Agenda do agronegócio



Cesário Ramalho da Silva*

O RECRUDESCIMENTO da crise financeira internacional desencadeou um clima de incertezas sobre a economia mundial em 2009. No âmbito do agronegócio, como grande exportador de produtos agrícolas, o Brasil sofre com o encolhimento da demanda mundial, em razão das restrições de crédito, e a queda do preço das *commodities*.

Independentemente das questões estritamente conjunturais, o setor rural brasileiro entra ano e sai ano convivendo com uma escalada de problemas estruturais. A maioria dos obstáculos tem origem e solução fora do setor, mas com prejuízo direto à competitividade do agronegócio. Ou seja, o agronegócio paga o preço de erros e ineficiência de outras áreas.

O Brasil reúne as melhores condições para agricultura e pecuária: Da “porteira para dentro” temos tudo para sermos o celeiro do mundo, mas da “porteira para fora” continuamos a dever.

O caso mais proeminente é o da infraestrutura de armazenagem e transporte. Estradas esburacadas, malha ferroviária reduzida, hidrovias sub-utilizadas, armazéns insuficientes e poucos portos são o retrato do nosso sistema de escoamento da safra agrícola. Nossa infraestrutura e logística parou no tempo. É da época em que colhíamos 50 milhões de toneladas de grãos e praticamente não exportávamos.

Opinião

Capacitação do produtor

Uma carga tributária asfixiante, próxima a 38% do PIB do País, complexa, marcada pelas diferentes alíquotas de ICMS, também assume o papel de grande vilão para o agronegócio. Não podemos esquecer da segurança sanitária pois, mesmo passado tanto tempo, a defesa animal ainda se mostra vulnerável.

Na questão do comércio agrícola internacional, a Rodada Doha não dá sinais de retomada, e a crise traz o risco de aumento do protecionismo. Em face dos inúmeros desafios do tema, desponha como prioridade a necessidade de o Brasil investir em acordos bilaterais.

No campo da administração pública, permanecemos com a estranha divisão da agricultura em duas, a familiar e a empresarial. A agricultura é uma só. A diferenciação ideológica sobrepõe ações, gera burocracia, aumenta gastos, distorce políticas e dilui objetivos.

Continuamos a patinar também com relação a novas fontes de crédito, A abrangência do seguro rural é pequena. Com a proximidade do pico da colheita da safra de grãos de verão é imprescindível que o governo injete recursos para comercialização.

O País tem de investir em ciências agrárias, para desenvolver tecnologias e elevar a produtividade da agropecuária. Outra ameaça é a dependência da importação das matérias-primas para produção de fertilizantes.

Por fim, outro grande desafio passa pelo equilíbrio entre produção, preservação ambiental e respeito social. É urgente a necessidade de revisão das legislações ambiental e trabalhista, adequando-as tecnicamente à realidade do agronegócio brasileiro. Ambas estão defasadas, assim como a reforma agrária distributivista de terras. Aliás, esse assunto de tão atrasado, anacrônico, não tem que constar de uma agenda de trabalho de 2009. Ficou no século passado. ■



João Sampaio*

EM UMA recente pesquisa realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, produtores rurais paulistas foram indagados sobre as principais reivindicações e ações por eles desejadas para o setor de uma lista de dez temas. Tivemos uma certeza e uma surpresa com as respostas. No topo da lista, a sempre presente solicitação de acesso ao crédito, seja na forma de financiamento ou por meio de políticas de garantia de renda ou de preços mínimos. Surpreendente mesmo foi o segundo item da pauta: capacitação e acesso à informação – uma solução em comunicação.

O inesperado se dá por dois motivos. Na era *online* de compra e venda de *commodities* agrícolas, no tempo do acesso total e irrestrito às informações pela *internet*, é instigante que o produtor tenha essa carência. Surpreendente é que diante da falta de logística, seguro de renda, tributação, a segunda reivindicação do agricultor paulista resida na sua sede de aprender e se desenvolver.

Talvez a explicação para tal deficiência esteja na gênese (formação) da agricultura brasileira, assim como na relação entre campo e cidade. Os economistas e sociólogos muito analisaram as transformações promovidas pelo modo de produção sob a ótica da cidade, sem o olhar do meio rural. Quando transferimos as análises para os domínios da comunicação, a teoria da

difusão tecnológica, desenvolvida por estudiosos norte-americanos, trata a adoção das novas idéias com características de uma mercadoria, ou seja, podem ser distribuídas aos clientes e não transformadas e adaptadas no seu processo de adoção. O papel passivo do produtor, nesse modelo de extensão rural muito adotado no País, é que nos deixa surpresos com a reivindicação dos produtores paulistas.

Sabemos que a tecnologia e a inovação têm sido o centro dinâmico das mudanças sociais e econômicas, portanto novos modelos interativos de difusão devem ser incorporados na agricultura, tornando indispensável o estreitamento nas relações entre pesquisadores, instituições e produtores.

Diferentemente dos EUA, onde o agricultor e a sociedade civil compreendem mutuamente o seu papel econômico, no Brasil refletimos uma outra imagem à sociedade. Um reflexo é que o assistencialismo, oferecido ao campo por meio dos órgãos de extensão rural e assistência técnica, projeta um agricultor incapaz de escolher o que quer conhecer.

O agricultor solicita capacitação para aplicar a inovação, a nova tecnologia na sua atividade e não recebê-la pronto. As ferramentas já existentes de garantia de preços na comercialização lançadas pelo governo, as transações *online* de ações e opções de compra e venda no mercado futuro são algumas das necessidades de que os produtores carecem e querem utilizar. O papel da cadeia produtiva do agronegócio e do Poder Público é oferecer esse conhecimento em uma comunicação horizontal, clara e transparente, repassando a informação de igual para igual, para que o agricultor seja o agente da transformação no uso dos novos instrumentos e da tecnologia dentro da sua atividade.

O primeiro passo nesse caminho está na popularização da internet no meio rural. O segundo passo é a capacitação, conforme a demanda e realidade regional. O terceiro passo está na acessibilidade e popularização dos instrumentos de seguro de renda. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo